

III SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO - FUNDAMENTOS JURÍDICOS DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

MESTRE DE CERIMÔNIA

Neste momento, chamamos o Excelentíssimo Senhor Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que ministrará a palestra Critérios de Sustentabilidade nos Procedimentos Licitatórios.

(Palmas)

O SENHOR DIMAS EDUARDO RAMALHO

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Boa tarde a todos. Vendo tanta gente preparada sobre o tema, o Professor Juarez aqui e tantos professores, me sinto como aquele estudante de Direito que fui, como um tema reverencial. Mas, vou tentar rapidamente, porque gosto das coisas rápidas, falar um pouquinho da experiência em São Paulo. A minha origem, sou do Ministério Público de São Paulo, fiz carreira parlamentar, fui deputado por seis mandatos, e estou no Tribunal de Contas da cidade de São Paulo. Sou de um tempo que falar em sustentabilidade, meio ambiente era uma coisa absolutamente inexistente. Eu achava, e todos achavam, na escola do interior de São Paulo que mato é para sempre, rio é para sempre, energia era uma mágica, até que o tempo foi passando e fui aprendendo com os meus filhos.

— Poxa, pai, vamos fazer lixo reciclável aqui em casa.

— Como?

— Sim, olhe, não pode jogar nada no chão, vamos economizar.

Quer dizer, esse é um outro mundo, em que estamos escutando eles. E, também, sou do mundo que não tinha WhatsApp, internet, celular. Mudei para São Paulo, fui de trem, pois havia trem na época, um negócio que um vagão

puxa bastante vagões, o que não tem mais. Demorava 8 horas para ir, mas era muito bom, e energia renovável bacana, não gastava, não poluía, enfim, não tem mais. Lembro-me que a primeira vez que tentei falar em casa demorou 3 horas para falar ao telefone. Pedia a ligação, ia, voltava, ia ao cinema e ainda demorava para falar. Esse é o mundo que não existe mais, o mundo que acabou. Também, hoje, vivemos vários mundos ao mesmo tempo: dois, com certeza, o virtual e o real, esse com certeza, e muito rápido também. Tudo é muito rápido, todo mundo muito apressado, ocupado. E pergunto:

— Meu Deus, quando é que o pessoal trabalha, conversa, estuda, se vê: não, não tenho tempo. Nunca têm tempo. Eu tinha tanto tempo, continuo tendo ainda, Ketlin. Quando ela me convidou para vir para cá, eu falei:

— Vou, com o maior prazer.

Então, vivemos de uma maneira muito rápida. Entrávamos numa profissão e ficava 30 anos. Eu, que sou promotor há muito tempo, fui promotor, era uma coisa boa.

— Poxa, você é um cara bacana, perseverou.

Se você fica hoje 5 anos na mesma empresa:

— Poxa, zona de conforto? Você não ousa?

Estão vendo que coisa? E tem o tal do Facebook, também, lá onde todo mundo é feliz, contente, não tem dor de cabeça, não espera no aeroporto, que nem esperei, não falta ar condicionado no avião!

Então, verificarmos o que é real e o que é virtual é difícil. Há pessoas que só vivem no virtual e outros que vivem no real, dá para equilibrar. O que não pode é levar um para o lado e outro para o outro, aí não dá certo em nenhum lugar, nem em casa.

Estou falando isso porque estamos vivendo tempos de mudanças. Daí você pode falar:

— Ah, mas sempre teve mudança!

Sim, sei que sempre teve mudança, mas agora está havendo muitas mudanças, na economia, na política e de comportamentos também. Essa é que é a verdade. As mudanças que estamos vendo no Brasil hoje, não pensem que vão se dar apenas no campo da política e da economia, vão se dar no campo comportamental, também. O jovem não vê televisão, escolhe o conteúdo. Se você fala de uma novela, ele não sabe mais. Escolhe o conteúdo no WhatsApp.

Então, essa comunicação que temos que encontrar ou que falar, também é uma mudança que estamos correndo atrás. Estamos saindo do analógico e indo para o digital. Como vamos segurar a tecnologia? Lembro-me que não podia importar equipamentos técnicos de informática, veja? Vim lendo hoje o quinto livro do Elio Gaspari, A Ditadura Acabada. Lembro-me que fui estudante, militei, enfim, que bom que é viver na democracia, compartilhar, discutir. Mas, me lembro de que não podia fazer isso.

— Não, não pode importar, reserva de mercado.

Nossa, uma coisa tão distante isso! Estou falando rapidamente isso, porque isso foi no século passado do milênio passado, quando nasci.

Vivemos hoje um mundo diferente e estranho, essa é que é a verdade. Quando volto de Brasília para São Paulo, me perguntam:

— O que você viu lá?

Respondo:

— Não vi nada e vi tudo.

— Como assim?

— As coisas estão acontecendo.

Isso que estou falando para vocês. Não vou falar uma palavra que todo mundo fala: estou cansado, é crise.

— Olha pessoal, estamos em crise!

Parem de falar, não quero mais. Mas, vou falar: estamos em crise, vocês sabiam? E outra: vai continuar um pouquinho mais; e outra, vai passar. O fato de estarmos aqui no STJ, discutindo sustentabilidade, meio ambiente é um grande avanço. Para mim é uma lição; para mim é um aprendizado; não sou dessa área, não sou Professor. Mas, hoje, tenho responsabilidade pública de implementar essas mudanças onde trabalho.

Votei a Lei de Resíduos Sólidos, em Brasília, votei. Lá na faculdade, quando a pessoa perguntava, quando o julgador tinha dificuldade, ele falava:

— O que quis dizer o legislador?

Veza ou outra, levanto a mão:

— Posso falar?

— Sim.

— Eu votei isso. Então, posso dizer.

Então, essa experiência que estou trazendo, hoje, para compartilhar, é que a Lei 8.666 é uma Lei que tem que ser, tem que caminhar. Mas, a Lei 12.349, que alterou o parágrafo terceiro, é para valer. Isso não é para o gestor escolher: não, vou tentar colocar isso na licitação. Nós em São Paulo dissemos:

— Não, é para valer isso.

Estamos olhando os índices. O fato de ter um produto barato não quer dizer que é um bom produto, pois temos que ver o início dele, o fio, o reuso, o futuro, o descarte. Para os seus filhos, para quem paga o nosso salário, será que vai ser um bom produto esse, ou não? O barato sai caro, e muita gente tem dúvida.

Então, não é só economicidade; é economicidade, sim, mas é eficiência; a questão social está certo? É a promoção, como diz a própria Lei do Desenvolvimento Nacional Sustentável. É isso. Isso é uma política, é um paradigma muito importante. Colocar isso na lei é um avanço enorme, porque vocês sabem muito bem o que significa aprovar um projeto na Câmara dos Deputados, porque estive lá. É muito difícil, por quê? Porque todo mundo tem razão, é ou não é? Foi quando colocamos o nosso salário na internet, lá no Tribunal.

— Vou colocar o meu salário na internet.

— Não, não põe o meu salário na internet.

Metade dos meus amigos disse:

— Só isso, Dimas?

E metade:

— Tudo isso, Dimas?

Então falei, é uma boa lei, está razoável, está certo? Porque, quando agrada a todo mundo não é bom. Essa não é uma faculdade do gestor. A mudança do artigo 3º não é uma faculdade, é um dever que estamos exigindo que o gestor faça isso nas licitações. E isso tem um fundamento, artigo 255 da Constituição Federal, mostramos para ele, está certo? Porque temos muitas leis, o Brasil tem muitas leis. Ninguém sabe as leis que o Brasil tem, não sabe. Em São Paulo, comecei a pesquisar, tem mais de 30 mil já, que têm interferência em nossas vidas. Quem é que sabe disso? Ninguém, nem o computador não sabem. Agora, se não sabemos, vamos aplicar? Eu falo de lei,

regulamento, lei estadual, municipal, federal. É muita lei. Quando estava aqui em Brasília, o jornalista me ligava e dizia:

— Você apresentou só quatro leis este ano, Deputado?

— É claro, o Brasil não precisa de lei, precisa cumprir e diminuir um pouquinho as leis. É muita lei, meu Deus, todo dia tem lei nova, ninguém suporta isso. E por não suportar, poucos cumprem, está certo?

E tem uma coisa que ninguém pode falar mais, uma frase: eu não sabia, não pode falar mais, nem em casa.

— Onde é que você achou aquele negócio?

— Eu não sabia não, eu ia te falar outra coisa.

Então, temos a lei de mudança do clima, uma lei que existe e temos que implementá-la e divulgá-la para todo o mundo. Estamos fazendo um curso no interior de São Paulo, explicando isso. Essa lei existe. Vamos colocá-la. Temos resíduos sólidos. Hoje o Tribunal de Contas de São Paulo, que é um Tribunal que vai a todos os municípios do Estado e exige do gestor plano de resíduos sólidos. Onde é que vai colocar o lixo? Você está fazendo um plano, você está fazendo uma licitação, e eu quero saber o descarte, quero saber o tratamento, quantos anos. Se não, não aprovo as suas contas. E tem sido muito bom isso daí muito, muito bom. Temos explicado, falado e depois punido. Vou para o interior falar e explico:

— Pessoal, eu votei nesta Lei. Votei e estou aqui pregando uma coisa em que acredito. Não estou brincando. Essa Lei é para valer. Não é daquelas leis que não pegam. Não existe isso. Leis têm que pegar sempre; é lei.

Há a Lei de recursos hídricos, que é muito importante. Estamos explicando aos prefeitos:

— Prefeito, tem essa lei. O córrego aqui do Município tem que ser cuidado; não pode jogar lixo nele; não pode. Esgoto em cima dele está errado, vamos ajudar você.

Não adianta o Ministério Público - sou do Ministério Público - fazer... com você, porque você não vai cumprir. Vamos conscientizar as pessoas para não jogarem no lixo, e depois vamos fazer um... e conseguir verba para você fazer o tratamento. Tem avançado muito em São Paulo essa questão. E o Tribunal em cima, capacitando, explicando e dando curso, não só para o

prefeito, claro, mas para quem, realmente, toca a máquina, que é o secretário, que é a pessoa concursada, está certo?

Tem a Lei de eficiência energética, tem a lei para isso; vamos implementá-la. Acreditem, tem gente que não conhece essa Lei. Vamos explicar, e as pessoas não sabiam que tem. Vamos utilizá-la. Em São Paulo, estamos fazendo um caderno virtual, e com caderno, também, e dando um por um:

— Olhem, as leis que implementam o meio ambiente e a sustentabilidade estão aqui. Você pode estudar, pode fazer.

A Lei 12.462/2011, que fala do regime diferenciado de compras, até ela fala - e você tem que tomar cuidado - até essa Lei fala, porque não podemos fazer coisas que depois terão depreciação e impacto ambiental. Até essa Lei, que é uma lei rápida, que antecipa que corre a licitação, prevê que temos que tomar cuidado com isso. Está certo?

Então, mais do que satisfazer as necessidades da administração, a licitação, hoje, no meu conceito e no das pessoas que estudam essa matéria são indutoras de políticas públicas. Em uma licitação podemos mostrar uma política pública, está certo? Isso tenho lido, aprendido e temos feito isso de maneira organizada. E, como disse aqui, aquela funcionária que cuidou lá, do TRT, estamos obrigando, também. Primeiro, falamos, treinamos e depois obrigamos, está certo? Essa é que é a grande questão. Então, muita gente fala:

— Mas, a vantajosidade, o menor preço não compensa. Fazemos uma citação pelo menor preço, muitas vezes, abstraindo a questão do meio ambiente, abstraindo a possibilidade de influenciar na vida de várias gerações, e isso vai ter um péssimo preço social. Encontrar esse equilíbrio, na forma da lei, é o que estamos buscando. Como fazer isso, sem que nos responda o Tribunal de Contas, sem que nos responda o Ministério Público, está certo? E nós, do Tribunal de Contas, que somos um órgão de controle externo e que, nesse momento, no Brasil descobriram que tem Tribunal de Contas - não sei se vocês perceberam, mas descobriram, está certo? E aí é Tribunal da União, é Tribunal dos Estados. E todo o mundo hoje tem procurado o Tribunal de Contas. Criamos a Ouvidoria, mas não o 0800, o velho e bom 0800, mas com WhatsApp, com tudo, Snapchat, tudo. Vocês não imaginam a fiscalização

como tem sido boa com esses avanços tecnológicos, está certo? E os Tribunais assinaram uma carta, A Carta da Amazônia, que diz que iríamos fazer um trabalho conjunto em todos os Estados de forma preventiva, garantindo as normas internacionais, constitucionais e legais do meio ambiente. Todos os Tribunais assinaram essa Carta. Bom, há cartas e cartas.

Para terminar, no Tribunal de Contas mudamos depois que houve um seminário, Professor, estive lá, o Professor Juarez e a Ketlin estiveram lá, como? Primeiro, estamos terminando uma Resolução, que é um avanço para o Tribunal de 92 anos, que está quase pronta e que vamos colocar em prática esse ano, lá no Tribunal. Uma Resolução que copiamos de todo o mundo e de ninguém, porque o que é bom podemos copiar, do STJ, Secretaria do Planejamento, Ministério do Planejamento, e com a experiência do Professor e da Ketlin, que estiveram lá. Isso é um avanço para nós, em São Paulo. Fora isso, copo descartável está acabando, garrafinha está acabando, coisas pequenas, pilha está acabando. É brincadeira! Não vou falar aqui, porque está postado na internet, quantas garrafinhas gastas por dia. Vejam os órgãos de vocês. Se formos ver, perguntam:

— Mas, por que tantas garrafinhas de água? Na sua casa gasta?

— Não.

— Então, não vai gastar aqui, também. Filtro, que vai ser assim.

Bom, são coisas simples, mas estou falando para vocês uma coisa que vocês nunca ouviram falar. Minha avó falava:

— As coisas simples é que resolvem.

Nunca ouviram falar, não é? Anotem. Cada dia mais que estou entrando na informática, na tecnologia, nos estudos, viajando, estou achando o seguinte: vou cuidar um pouquinho mais da minha cidade, do meu espaço, do meu andar e fazer a minha parte, porque depois da minha parte, vamos fazer o resto.

Muito obrigado.

(Palmas)